

# 2017 ano 42 v. 273 nov.

## Artigos

01. **Motivação per relationem: uma análise à luz do art. 489, § 1º, do novo Código de Processo Civil**  
(Caroline Pomjé) 19
02. **Ethos e comportamento processual como prova no processo civil**  
(Eduardo Scarparo) 43
03. **Negócios jurídicos processuais e políticas públicas: tentativa de superação das críticas ao controle judicial**  
(Elaine Harzheim Macedo, Ricardo Schneider Rodrigues) 69
04. **A nova face do procedimento comum do novo Código de Processo Civil diante dos procedimentos especiais: uma proposta de interpretação do art. 327, § 2º, em combinação com o art. 1.049, parágrafo único, ambos do CPC**  
(Társis Silva de Cerqueira) 95
05. **Dinamização do ônus da prova e o dever de custeá-la**  
(Mario Vitor M. Aufiero) 149
06. **Os contornos conferidos pelo CPC/2015 para a multa periódica nas obrigações de fazer, não fazer ou entregar coisa**  
(Cristiane Druve Tavares Fagundes, Mônica Júdice) 171
07. **A estabilização da tutela antecipada de urgência no Código de Processo Civil brasileiro de 2015 (uma comparação entre Brasil, França e Itália)**  
(Giovanni Bonato) 191
08. **Tutela provisória: a fungibilidade entre as tutelas de urgência cautelar e antecipada no novo CPC**  
(Guilherme Antunes da Cunha, Henrique Antunes Dilélio) 255
09. **Mandado de injunção: considerações sobre a Lei 13.300/2016**  
(Eduardo Cambi, Adriane Haas, Nicole Naiara Schmitz) 287
10. **Breves anotações sobre a competência nos Juizados da Fazenda Pública: a função social do Sistema dos Juizados**  
(Fernando da Fonseca Gajardoni e Luiz Manoel Gomes Junior) 323
11. **Alguns aspectos do juízo de admissibilidade no mandado de segurança**  
(José Américo Zampar Júnior) 343
12. **A impossibilidade de aplicação da teoria dos precedentes no atual sistema deliberativo dos tribunais superiores**  
(Claudia Maria Barbosa, Gilberto Andreassa Junior) 377
13. **Natureza e efeitos da decisão em recurso repetitivo: uma tentativa de sistematizar a observância à tese firmada na decisão paradigma**  
(Osmar Mendes Paixão Côrtes) 403

**A “natureza jurídica” do Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas: um pseudoproblema analiticamente solúvel**

14. *(Tárek Moysés Moussallem, José Borges Teixeira Júnior)*

455